MBL: a máquina fascista jovem

O Movimento Brasil Livre (MBL) emergiu no cenário político brasileiro como uma das expressões mais acabadas da reorganização da direita em tempos de crise estrutural do capital. Sua aparição pública em meados de 2014, no contexto do desgaste do governo Dilma Rousseff e da crise econômica que atingia o país, não pode ser compreendida como um fenômeno isolado ou meramente espontâneo. O MBL é resultado de um longo processo histórico que combina, de um lado, o avanço do neoliberalismo e de seus aparelhos de difusão ideológica e, de outro, o refluxo das lutas populares e a cooptação progressista que esvaziou as possibilidades de transformação radical. Na aparência, o MBL se apresenta como um movimento juvenil, irreverente, liberal em costumes e crítico da "velha política". Essa superfície, porém, encobre sua essência: um projeto político reacionário, alinhado internacionalmente a redes de think tanks ultraliberais, financiado por empresários e estrategicamente formatado para ocupar as lacunas deixadas pela falência do progressismo conciliador. A linguagem do meme, a estética pop, o tom debochado e a retórica da eficiência foram armas eficazes para atrair a juventude e setores médios descontentes, convertendo indignação difusa em ódio direcionado contra trabalhadores, movimentos sociais e qualquer crítica à ordem capitalista.

Trata-se, portanto, de um aparelho de hegemonia de classe. O MBL não é apenas um agrupamento de jovens políticos em busca de visibilidade, mas parte de uma engrenagem ideológica maior, que envolve a burguesia interna, setores do imperialismo, redes de comunicação corporativa e plataformas digitais transnacionais. Sua função é canalizar o ressentimento social contra a esquerda, transformar precariedade em adesão servil ao liberalismo e, em última instância, naturalizar o fascismo como resposta política legítima. O presente texto parte da convicção de que compreender o MBL exige ir além da sua autoimagem publicitária e das análises superficiais que o tratam como mero "grupo de garotos ambiciosos". Ele deve ser situado na totalidade histórica da luta de classes no Brasil, na dinâmica da dependência latino-americana e no ciclo recente de contrarrevoluções preventivas. Somente assim é possível demonstrar por que o MBL não é um fenômeno democrático, mas sim a expressão juvenil e midiática de uma direita fascistizante que se alimenta da crise e atua como ponta de lança para conter qualquer possibilidade de organização popular.

O texto seguirá a seguinte linha: primeiro, reconstituiremos a gênese do movimento, seus fundadores, influências e contexto imediato. Em seguida, analisaremos seu desenvolvimento, financiamento e aparato comunicacional; depois pensaremos a sua linha teórica e ideológica, revelando como se articula entre liberalismo econômico e conservadorismo moral. Discutiremos também a questão central: por que o MBL é fascista? E, por fim, discutiremos seu papel atual, suas disputas internas, seu reposicionamento no pós-bolsonarismo e os caminhos da luta revolucionária contra esse inimigo de classe. Assim, o objetivo não é apenas produzir uma narrativa histórica sobre o MBL, mas também situá-lo como fenômeno típico da fase atual do capitalismo dependente brasileiro: uma fase em que o neoliberalismo e o fascismo se entrelaçam, e em que a direita busca travestir-se de novidade juvenil enquanto carrega consigo todo o peso reacionário da tradição burguesa. A denúncia teórica e política do MBL é parte indissociável da luta contra o fascismo e contra o capital.

IPES, IBAD e a tradição anticomunista no Brasil

O Brasil possui uma longa tradição de aparelhos ideológicos e financeiros destinados a conter a mobilização popular e difundir o anticomunismo, especialmente a partir das décadas de 1950 e 1960. O cenário em que se formam os principais aparelhos ideológicos da direita brasileira (como o IPES e o IBAD) deve ser compreendido à luz da ordem internacional do pós-Segunda Guerra Mundial, quando a divisão do planeta em duas grandes esferas de influência, lideradas pelos Estados Unidos e pela União Soviética, impôs uma dinâmica global marcada pela disputa ideológica e geopolítica da Guerra Fria. A derrota do nazifascismo não significou o triunfo da emancipação popular, mas sim a reorganização do capitalismo sob a hegemonia norte-americana, que emergiu da guerra com a maior força militar, econômica e política do mundo. O Plano Marshall, a criação da OTAN e a consolidação do macartismo no interior dos EUA foram expressões dessa nova hegemonia imperialista que buscava conter a expansão do socialismo. Do outro lado, a União Soviética, responsável pelo esmagamento da máquina nazista no front oriental, consolidava sua influência no Leste Europeu e projetava internacionalmente o prestígio da Revolução de Outubro, tornando-se referência para milhões de trabalhadores e movimentos de libertação em todo o mundo. Essa bipolaridade produziu uma onda de antagonismos estruturais: para Washington, era necessário conter qualquer experiência reformista ou revolucionária no Sul global, pois cada avanço do socialismo era lido como

ameaça à ordem burguesa mundial. O Brasil, país de capitalismo dependente e estratégico no continente latino-americano, foi incorporado nesse tabuleiro como área de influência norte-americana, recebendo vultosos investimentos financeiros e logísticos destinados a fortalecer o antagonismo anticomunista, neutralizar movimentos populares e organizar elites empresariais e militares para o enfrentamento contra a esquerda. Esse é o contexto em que se deve compreender o nascimento dos aparelhos como IPES e IBAD: expressões locais de uma guerra global, onde o capital internacional se valeu da burguesia interna para implementar sua estratégia de dominação.

A Aliança para o Progresso, lançada por John F. Kennedy em 1961, constituiu-se como um dos mais sofisticados instrumentos da política imperialista norte-americana no continente, articulando "ajuda econômica" e "cooperação técnica" como formas de legitimar a penetração do capital estadunidense e ao mesmo tempo conter a expansão socialista após a Revolução Cubana. Sua função essencial era dupla: de um lado, difundir a propaganda anticomunista apresentando o capitalismo liberal como sinônimo de modernização e desenvolvimento; de outro, articular-se com as elites locais e seus aparelhos privados de hegemonia para estruturar um verdadeiro cinturão de contenção contra a radicalização política das massas. No Brasil, a Aliança encontrou terreno fértil nas articulações empresariais e militares que deram origem ao IPES e ao IBAD, funcionando como fornecedora de recursos, legitimidade e diretrizes estratégicas para uma guerra ideológica que não se limitava à disputa eleitoral, mas visava abertamente criar as condições subjetivas e objetivas para a derrubada do governo João Goulart. Essa engrenagem conjugou investimentos em projetos vitrine, cooptação de lideranças reformistas, financiamento de campanhas conservadoras e uma sistemática propaganda anticomunista difundida pela grande imprensa, compondo um ecossistema contrarrevolucionário que culminou no golpe civil-militar de 1964. Em síntese, a Aliança para o Progresso, em articulação com o IPES e o IBAD, demonstrou que o imperialismo estadunidense não operava apenas pela força bruta, mas pela construção paciente de uma hegemonia ideológica que travestia sua ofensiva de modernização democrática, quando na verdade preparava o terreno para a violência reacionária e a supressão da soberania popular.

O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) constituem dois exemplos fundamentais dessa estrutura de poder. Criados com apoio direto do empresariado nacional e em estreita ligação com interesses norte-americanos, ambos cumpriram papel central na preparação política, cultural e midiática que culminou no golpe de 1964. O IPES, fundado em 1961, organizava cursos, palestras, filmes, cartilhas e eventos para disseminar a ideologia anticomunista. Reunia empresários, banqueiros, militares e intelectuais conservadores que viam nas reformas de base de João Goulart uma ameaça à propriedade privada e à ordem social. Sua função era clara: moldar a opinião pública, formar quadros e infiltrar o discurso liberal-conservador em sindicatos, escolas, universidades e na imprensa. Não se tratava apenas de um "centro de pesquisa", mas de um verdadeiro think tank avant, antecipando as formas de atuação que, décadas depois, seriam retomadas por instituições como o Instituto Millenium e, mais recentemente, pelo MBL.

Já o IBAD, criado em 1959 por Ivan Hasslocher, cumpria uma função ainda mais explícita: financiar campanhas eleitorais de candidatos conservadores e anticomunistas. Recebia recursos de empresas nacionais e estrangeiras, com forte suspeita de repasses oriundos de organismos ligados aos Estados Unidos, no contexto da Guerra Fria. Em 1962, o IBAD atuou de forma massiva nas eleições, canalizando milhões de cruzeiros para parlamentares comprometidos com o combate às reformas sociais. O escândalo foi tão grande que uma CPI revelou parte do esquema, mas o instituto foi fechado apenas formalmente: suas redes de financiamento e articulação permaneceram ativas e se integraram ao bloco que derrubaria Jango em 1964.

João Goulart, o Jango, deve ser compreendido dentro da tradição do varguismo que moldou a política brasileira no século XX. Herdeiro direto da linha trabalhista, Jango se consolidou como figura de transição entre a herança populista de Vargas e as demandas emergentes de uma classe trabalhadora urbana e, sobretudo, rural, cada vez mais organizada e disposta a reivindicar direitos. Embora fosse, em essência, um liberal reformista que acreditava na conciliação de classes e na possibilidade de modernizar o capitalismo brasileiro sem romper com suas bases estruturais, Jango incorporou pautas que soavam perigosas para a elite agrária e industrial. As Reformas de Base (especialmente a reforma agrária, pensada para redistribuir terras improdutivas e reduzir a secular marginalização do campesinato), representavam um ponto de inflexão em uma

sociedade marcada pela concentração fundiária e pela dependência externa. O fato de o Estado se voltar, ainda que de maneira tímida, para os trabalhadores rurais, historicamente abandonados pelo poder público e submetidos a formas quase feudais de exploração, acendeu o alarme nas classes dominantes. Jango, ao tentar mediar os interesses populares com a manutenção da ordem burguesa, terminou por ser acusado de comunista, o que serviu de álibi perfeito para a ofensiva da direita, articulada com o imperialismo estadunidense e financiada por organismos como o IBAD e o IPES. Assim, sua figura revela a contradição do reformismo no Brasil: ao mesmo tempo em que prometia modernização e justiça social, acabou servindo como estopim para a reação golpista que consolidaria o projeto de dominação burguesa e militar a partir de 1964.

Do ponto de vista ideológico, o IPES e o IBAD buscavam construir uma visão de mundo: o comunismo seria uma ameaça existencial, a luta de classes uma invenção estrangeira, e a defesa da ordem e da família os pilares da nação. Esse discurso foi introjetado no imaginário social através da mídia, da escola e das igrejas, sedimentando um anticomunismo difuso que perdura até hoje. Se o MBL atual mobiliza memes e redes sociais, os institutos dos anos 1960 recorriam a filmes, radionovelas e manuais escolares, mas a função era a mesma: neutralizar a consciência crítica e legitimar a repressão. É preciso destacar também a dimensão de classe dessa ofensiva. O IPES e o IBAD eram sustentados pelos grandes empresários nacionais, ligados ao capital estrangeiro, que temiam as reformas trabalhistas, a reforma agrária e o controle do capital externo. Não se tratava de uma "guerra de ideias" abstrata, mas da defesa intransigente de privilégios materiais. A burguesia brasileira, historicamente associada ao imperialismo, sempre tratou qualquer possibilidade de transformação social como uma ameaça a ser eliminada. Os institutos funcionavam como correias de transmissão dessa estratégia, convertendo a luta econômica em guerra ideológica.

A herança dessa experiência é visível nas décadas seguintes. Durante a ditadura, muitos quadros formados no IPES e no IBAD ocuparam cargos de Estado e seguiram articulando a política econômica em sintonia com o receituário neoliberal que viria a florescer nos anos 1980 e 1990. O desmonte da soberania nacional, as privatizações e a precarização do trabalho são desdobramentos de uma longa preparação intelectual, financeira e política. Quando olhamos para o MBL, percebemos a continuidade dessa tradição. A diferença é o meio: se antes eram cartilhas e palestras, hoje são vídeos virais

e podcasts; se antes a palavra de ordem era “anticomunismo” em nome da ordem e da família, agora é “empreendedorismo” em nome da liberdade e do mercado. Mas a função é idêntica: servir como frente ideológica e cultural de uma burguesia em crise, mobilizando setores médios e juventude contra qualquer perspectiva emancipatória.

Portanto, o estudo do IPES e do IBAD nos revela que o MBL não é novidade nem exceção. É a versão 2.0 de uma máquina antiga, atualizada para a era digital, mas fiel à mesma lógica: conter a luta de classes, difundir o medo do comunismo, legitimar a repressão e garantir os lucros da burguesia. Entender essa genealogia é essencial para que não nos enganemos com a “espontaneidade” aparente de novos movimentos. Toda vez que a ordem capitalista é ameaçada, surgem aparelhos de propaganda e mobilização financiados pelo grande capital, disfarçados de juventude, de modernidade ou de inovação, mas sempre a serviço da dominação.

A gênese do MBL

O Movimento Brasil Livre (MBL) deve ser entendida como parte de um processo mais amplo de reorganização da direita brasileira em sintonia com o avanço internacional das redes ultraliberais e com a ofensiva do capital contra o trabalho na esteira da crise global de 2008. O MBL surge como o rosto jovem e midiático de um projeto de poder muito mais antigo: a tentativa da burguesia de recompor sua hegemonia diante do desgaste do progressismo, da crise do lulismo e da incapacidade das organizações populares de oferecer uma alternativa revolucionária. A gênese do MBL está diretamente vinculada ao esgotamento do pacto lulista. Durante os anos 2000, o crescimento econômico baseado no boom das commodities, somado a políticas sociais compensatórias, permitiu ao governo petista conciliar interesses de frações da burguesia e das classes trabalhadoras. Mas tal arranjo não poderia durar indefinidamente. A crise de 2008 expôs os limites do modelo, provocando desaceleração econômica, inflação e aumento do desemprego. Ao mesmo tempo, a manutenção de privilégios ao grande capital (isenções fiscais, juros elevados, exportações primarizadas) escancarava o caráter burguês do governo do PT.

Nesse contexto, abriu-se um vácuo político. A esquerda institucional, comprometida com a conciliação, não possuía mais credibilidade para mobilizar a base popular. As forças revolucionárias, fragilizadas, não conseguiram apresentar alternativas

organizadas. O cenário estava maduro para que a direita reorganizasse seu discurso, mobilizando o ressentimento social em direção a uma agenda regressiva. Foi nesse terreno fértil que o MBL germinou.

As figuras do MBL: biografias como propaganda da burguesia

Desde o início, o movimento apostou na construção de figuras públicas transformadas em mercadorias políticas, cada qual encarnando uma função específica dentro da engrenagem ideológica da burguesia. O rosto humano do MBL é, na verdade, a manipulação calculada de biografias individuais transformadas em mitos: o jovem prodígio, o estrategista de bastidor, o outsider debochado, o representante das minorias convertido em reacionário. A burguesia, ao longo da história, sempre precisou de personagens que servissem como simulacros de autenticidade para ocultar os interesses do capital. No caso do MBL, essa lógica se repete com precisão cirúrgica.

Kim Kataguiri: o "gênio liberal" de fachada

Kim Kataguiri foi vendido como um milagre da juventude política brasileira: um rapaz de ascendência japonesa, oriundo de classe média, que supostamente teria se "indignado" contra a corrupção e encontrado no liberalismo econômico a saída para os males do país. A mídia corporativa apressou-se em transformá-lo em celebridade, convidando-o para entrevistas, documentários e reportagens laudatórias. Kim tornou-se um personagem perfeito para a narrativa de que o Brasil precisava de "novos líderes" para além da polarização PT-PSDB. Mas, sob a capa da juventude e do frescor, esconde-se o velho programa da burguesia: destruição de direitos sociais, alinhamento automático ao imperialismo, criminalização da luta de classes. Sua ascensão meteórica é prova de que não se tratava de talento individual, mas de engenharia social financiada por think tanks, empresários e redes internacionais de ultraliberalismo. Kim encarna o fantasma do empreendedorismo político, figura moldada para atrair jovens despolitizados e convencê-los de que o problema do Brasil são os sindicatos, os movimentos sociais e os pobres que "dependem do Estado". O mito do "jovem prodígio" é, na verdade, o verniz cultural de uma política de ódio de classe.

Renan Santos: o capitalista do bastidor

Se Kim é o rosto sorridente para as câmeras, Renan Santos é o cérebro cínico do negócio. Empresário, articulador de redes e financiamentos, Renan operou desde o início como cafetão político: explorando a energia juvenil e transformando-a em mercadoria eleitoral e em influência negociável com a direita tradicional. A função de Renan foi estruturar o MBL como máquina de poder e negócio, articulando parcerias com empresários, garantindo a propaganda massiva nas redes e coordenando as ações de rua. Sua biografia não é a da "indignação", mas a da gestão empresarial da política, em sintonia com a lógica neoliberal que transforma tudo (até mesmo a rebeldia) em produto. Renan Santos representa a camada da burguesia que prefere atuar nos bastidores, sem se expor diretamente, mas que colhe os frutos do trabalho de massas de jovens manipulados e instrumentalizados. Sua prática comprova que o MBL nunca foi movimento popular, mas empresa política travestida de movimento social.

Arthur do Val (Mamãe Falei): a caricatura do ódio de classe

Arthur do Val, o famigerado "Mamãe Falei", representa o pior lado do fascismo sem uniforme: a grosseria convertida em virtude, a truculência erigida em autenticidade. Oriundo do YouTube, Arthur foi fabricado como personagem debochado, aquele que insulta professores, feministas, militantes de esquerda e trabalhadores em manifestações. Seu papel foi o de traduzir em linguagem vulgar e agressiva aquilo que Renan articulava e Kim revestia de suposta racionalidade. Arthur do Val tornou-se um bufão a serviço da burguesia, especializado em criar polêmicas e arrastar a juventude despolitizada para o campo da direita por meio da estética do escárnio. Sua carreira política acabou em escândalo após a divulgação de áudios misóginos durante viagem à Ucrânia, mas esse episódio não é acidente: é a comprovação de sua essência reacionária. Arthur não foi vítima de si mesmo; foi apenas fiel ao que sempre foi, um misógino, fascista e serviçal da ordem capitalista. Sua queda expõe os limites da política do espetáculo, mas também mostra como o MBL sempre soube explorar figuras descartáveis para manter sua máquina funcionando.

Fernando Holiday: a farsa da diversidade reacionária

Fernando Holiday é, talvez, a peça mais cínica do tabuleiro do MBL. Negro, homossexual, jovem, filho de empregada doméstica, Holiday foi erguido como prova viva de que não existe racismo estrutural no Brasil e de que o liberalismo seria o caminho da "superação individual". Sua trajetória foi convertida em panfleto vivo contra as lutas antirracistas, contra o movimento negro e contra o feminismo. Holiday demonstra a crueldade da ideologia burguesa: transformar a exceção em regra, o indivíduo em justificativa para negar a opressão coletiva. Sua função foi legitimar, com sua presença, um projeto estruturalmente racista, elitista e excludente. Nada mais útil ao fascismo de mercado do que colocar um jovem negro para dizer que cotas raciais são um erro, que o movimento negro é vitimismo e que a polícia genocida está apenas cumprindo seu papel. Fernando Holiday é a expressão encarnada da servidão voluntária, alguém que renega suas próprias origens para servir de escudo ideológico à classe dominante.

Guto Zacarias, Ricardo Almeida e Matheus Faustino: os quadros auxiliares

Ao lado dessas figuras centrais, o MBL abrigou outros militantes e dirigentes como Guto Zacarias, Ricardo Almeida e Matheus Faustino, que tiveram papéis secundários, mas estratégicos. Eles funcionaram como corpo de sustentação, multiplicando a presença do MBL em diferentes regiões, reforçando a narrativa de pluralidade e garantindo a expansão da máquina midiática. Sua função nunca foi individual, mas coletiva: eram peças intercambiáveis de uma engrenagem maior. Ao contrário de Kim, Renan, Arthur e Holiday, que viraram celebridades, esses quadros operaram como soldados políticos na guerra cultural da direita. A burguesia sabe muito bem: para cada rosto público, é preciso uma massa de quadros invisíveis, dispostos a organizar, difundir e reproduzir a ideologia dominante. O MBL provou que, no capitalismo contemporâneo, biografias são armas políticas. Cada um de seus integrantes foi moldado para representar uma faceta do projeto burguês: o prodígio, o empresário, o bufão, a exceção racial e os quadros auxiliares. Nenhum deles existe como sujeito político autêntico; todos são funções de uma engrenagem maior, cujo objetivo é consolidar o fascismo de mercado no Brasil. A crítica marxista deve deixar claro: não se trata de julgar moralmente os indivíduos, mas de revelar como suas vidas foram instrumentalizadas para legitimar o capital, criminalizar a classe trabalhadora e pavimentar o caminho da extrema-direita. A tarefa histórica não é apenas denunciar essas figuras, mas desmascarar a

estrutura de poder que as produziu, porque enquanto houver capitalismo, haverá sempre novos “Kims”, “Renans”, “Arthurs” e “Holidays” prontos para assumir o palco do espetáculo burguês.

Financiamento e conexões internacionais da extrema-direita

Um dos aspectos centrais para compreender a gênese do Movimento Brasil Livre (MBL) é o seu financiamento e a forma como se insere em uma rede internacional de organizações ultraliberais e de extrema-direita. A versão oficial, que apresenta o grupo como fruto de uma juventude “autônoma” e “espontânea” mobilizada por doações individuais ou vaquinhas virtuais, é parte da própria operação ideológica que visa encobrir seus laços com setores empresariais e redes de poder muito mais amplas. Desde sua fundação, o MBL contou com apoio direto e indireto de empresários do agronegócio, do setor financeiro e de grupos industriais, que viam na sua atuação uma frente útil para desgastar o governo petista e conter qualquer tentativa de reformas sociais mais profundas. Mas o núcleo da engrenagem está nas conexões internacionais. O MBL foi moldado por uma teia continental que remete à Atlas Network, rede de think tanks ultraliberais criada nos Estados Unidos e financiada por magnatas como os irmãos Koch. Essa rede funciona como uma espécie de incubadora de organizações da direita em todo o continente, fornecendo recursos, treinamento, suporte jurídico e, sobretudo, know-how em comunicação digital e marketing político. É desse laboratório que emergiram não apenas o MBL no Brasil, mas também grupos semelhantes na Argentina, Chile, Venezuela, Colômbia e outros países, todos com o mesmo perfil: jovens de classe média alta, discurso liberalizante e antiesquerdista, estética “moderna” e capacidade de ocupar o espaço digital com agressividade.

A extrema-direita latino-americana, ao longo do século XX, sempre contou com o apoio de setores empresariais locais e de redes internacionais. No Chile, por exemplo, durante os anos 1960 e início dos 1970, setores católicos conservadores organizados em torno da Democracia Cristã e depois do próprio Pinochet foram financiados por canais ligados aos EUA, via CIA e fundações “educativas”, como parte da preparação para o golpe de 1973. Na Argentina, organizações civis e paramilitares de ultradireita também receberam recursos e treinamento de instâncias norte-americanas, articulando-se ao empresariado local contra qualquer tentativa de redistribuição. No Brasil, desde a criação

do IBAD nos anos 1950 e do IPES nos anos 1960, já se verificava a infiltração direta de recursos empresariais e internacionais na organização da ofensiva conservadora que culminaria no golpe de 1964. A novidade do MBL não está, portanto, na dependência de financiamento externo, mas na forma como essa dependência se traduziu numa estética juvenil e numa comunicação digital afinada com a lógica das redes sociais do século XXI. O movimento funcionava como uma franquia de um projeto maior, cuja matriz está na reorganização global da direita diante da crise estrutural do capitalismo e do esgotamento do progressismo latino-americano. Essa ofensiva, que atravessa a década de 2010, visava aproveitar o desgaste de governos como os de Dilma Rousseff, Cristina Kirchner e Rafael Correa para promover uma guinada neoliberal e antipopular.

Assim, desde sua origem, o MBL esteve longe de ser "espontâneo". Sua existência só se explica ao se compreender a longa tradição de financiamento e articulação internacional da extrema-direita na América Latina. De IBAD e IPES no Brasil aos católicos conservadores chilenos e aos empresários argentinos, sempre houve uma base de classe dominante e um elo externo sustentando a reação. O MBL é apenas a atualização dessa história: um grupo aparentemente jovem e autônomo, mas, na realidade, peça de uma engrenagem continental que busca conter qualquer possibilidade de avanço popular e reorganizar o bloco no poder sob a bandeira do liberalismo de mercado e da repressão às forças sociais insurgentes.

Aparato midiático e linguagem juvenil

A força inicial do MBL não se deu no parlamento, mas nas ruas e nas redes. Seus fundadores souberam explorar as ferramentas digitais (Facebook, Twitter, YouTube) para difundir uma linguagem acessível, repleta de memes, humor debochado e simplificações ideológicas. Essa estética "irreverente" era fundamental para se diferenciar da velha direita, vista como careta, envelhecida e excessivamente institucional. Ao mesmo tempo, o movimento construiu forte presença nas ruas a partir de 2015, organizando manifestações pelo impeachment de Dilma Rousseff. Tais atos foram estimulados por ampla cobertura midiática (Globo, Veja, Folha, Estadão), que oferecia palco e legitimidade aos jovens liberais. O MBL funcionava como uma ponte entre empresários financiadores, mídia corporativa e massas descontentes, transformando insatisfação difusa em pressão política articulada. O golpe parlamentar de 2016, que resultou no

impeachment de Dilma, só pode ser explicado levando em conta o papel do MBL. O movimento foi a vanguarda de mobilização social que deu aparência "popular" a uma articulação burguesa conduzida no Congresso, no Judiciário e no empresariado. O MBL encarnava, no espaço público, o ressentimento das classes médias e a ofensiva do grande capital contra direitos sociais. Sua função histórica, portanto, não foi apenas participar de protestos, mas legitimar a ofensiva neoliberal e preparar o terreno para um projeto ainda mais reacionário que culminaria na eleição de Jair Bolsonaro em 2018. O MBL ajudou a normalizar o discurso de ódio, a desqualificar a esquerda, a corroer a legitimidade das instituições democráticas e a naturalizar a violência como resposta política.

As Jornadas de Junho de 2013 e a gênese reacionária do MBL

As Jornadas de Junho de 2013 constituem um marco incontornável na história recente da luta de classes no Brasil. O estopim, aparentemente localizado no aumento das passagens de ônibus, rapidamente transbordou para uma indignação popular difusa contra a precarização da vida urbana, a corrupção estrutural e a repressão policial. Essa irrupção massiva da juventude e dos trabalhadores nas ruas revelou a insatisfação latente diante de um Estado que, em meio ao crescimento econômico do lulismo, jamais rompeu com os mecanismos de exploração e desigualdade. Sob a lente marxista, Junho expressa a contradição entre a promessa de inclusão capitalista e a realidade da dominação de classe: as demandas por mobilidade, saúde e educação pública escancaravam o caráter burguês de um Estado que só se move em consonância com os imperativos da acumulação.

Nesse primeiro momento, a repressão brutal da polícia militar (balas de borracha, prisões arbitrárias, assassinatos), foi documentada e denunciada por uma miríade de mídias ativistas independentes. Coletivos como a Mídia Ninja e centenas de iniciativas de streaming improvisado ganharam projeção ao transmitir em tempo real a barbárie estatal. Essa comunicação popular representava uma fissura no monopólio da grande imprensa, historicamente alinhada à burguesia. No entanto, ao mesmo tempo em que fortaleciam a denúncia, essas mídias não possuíam uma estratégia de classe capaz de organizar a revolta em direção a uma saída revolucionária. Sem um horizonte político claro, o terreno das ruas permaneceu aberto para a infiltração de tendências reacionárias que se apresentavam como "apartidárias" e "sem bandeiras". A consigna "sem partido", que no início expressava a recusa justa à burocracia eleitoral, rapidamente foi apropriada

por setores de direita como arma de criminalização da esquerda organizada. Essa manipulação ideológica transformou o descontentamento em hostilidade contra movimentos sociais e organizações de trabalhadores, produzindo verdadeiras guerras campais entre blocos progressistas e reacionários dentro das manifestações. O que estava em disputa era a própria direção política da massa revoltada: de um lado, uma juventude popular que apontava para a radicalização das lutas; de outro, grupos articulados que buscavam canalizar a energia das ruas para uma pauta antipolítica, liberalizante e moralista. Essa batalha refletia a lógica marxista da luta de classes travada também no campo ideológico: quando não há direção proletária organizada, a burguesia ocupa o vazio, reorganizando o ressentimento em prol da conservação da ordem.

Nesse contexto, germina o Movimento Brasil Livre (MBL). Seu surgimento foi uma reação calculada à insurgência popular de 2013. O MBL apropriou-se da linguagem juvenil e da estética digital para mascarar seu projeto burguês, apresentando-se como alternativa "moderna" diante da falência da esquerda institucional. Mais que isso: o movimento encontrou na tática da infiltração uma de suas principais armas. Arthur do Val, posteriormente alçado a celebridade política, desenvolveu técnicas de se infiltrar em manifestações de esquerda com o objetivo explícito de desestabilizar, ridicularizar e criminalizar militantes. Seus vídeos, editados de forma caricata, eram difundidos no YouTube como entretenimento, convertendo a violência política em espetáculo. Sob a aparência de humor debochado, tratava-se de uma prática criminosa: espionagem, difamação e incitação ao ódio contra trabalhadores organizados. Do ponto de vista marxista, esse método revela a função ideológica do MBL: não dialogar, mas destruir, não disputar, mas sabotar a auto-organização popular. A ofensiva digital de figuras como Arthur do Val corresponde ao que Marx e Engels identificavam como função da ideologia dominante: apresentar a dominação de classe como senso comum, invertendo a realidade. Ao expor militantes como caricaturas, o MBL transformava os explorados em culpados de sua própria miséria, legitimando a repressão estatal e naturalizando o neoliberalismo como única saída. Essa lógica é estruturalmente fascista: ao invés de enfrentar os capitalistas, o ódio é direcionado contra sindicatos, feministas, negros, estudantes e qualquer forma de organização coletiva. O fascismo, dizia Reich, é a psicologia de massas da reação. No Brasil, ele se encarnou na figura midiática de jovens que transformaram a política em mercadoria digital.

Assim, o MBL foi não apenas produto desse contexto, mas sua antítese reacionária. Onde a classe trabalhadora ensaiava passos de independência, o MBL interveio para reabsorver a energia insurgente em favor da burguesia. Onde as mídias independentes denunciavam a violência policial, o MBL difundia o escárnio e a legitimação da repressão. Onde os movimentos populares buscavam radicalizar as pautas sociais, o MBL pregava a despolitização total, como se a ausência de partido fosse garantia de liberdade. Na prática, era a abdicação da luta de classes em favor do domínio absoluto do capital. Junho abriu a brecha, mas a ausência de organização revolucionária permitiu que o inimigo a ocupasse. A lição é clara: sem direção proletária consciente, toda revolta corre o risco de ser capturada pelo aparelho ideológico da burguesia.

O ano de 2015 marca a primeira grande aparição pública do MBL como força política. Aproveitando o desgaste do governo Dilma Rousseff após as eleições de 2014 e a Operação Lava Jato, o movimento foi um dos principais articuladores dos protestos de março, abril e agosto, que levaram milhões às ruas sob o lema do combate à corrupção e do impeachment.

Aqui já se observa a função histórica do MBL: transformar ressentimento social em mobilização dirigida contra o governo petista. O descontentamento com a economia, a inflação e o desemprego foram canalizados não contra os capitalistas ou as estruturas do Estado, mas contra um partido específico, apresentado como encarnação de toda a corrupção. A esquerda foi demonizada, e a ideia de que o impeachment era “a saída democrática” foi massificada. O MBL fornecia a estética juvenil, os memes e o discurso moralizante que tornava esse processo palatável para amplos setores médios.

A ascensão do MBL só foi possível porque encontrou amplificação midiática sistemática. Jornais, revistas e canais de televisão abriram espaço generoso para seus líderes, que passaram a ser tratados como porta-vozes legítimos da “nova política”. Kim Kataguiri foi entrevistado inúmeras vezes, Holiday recebeu destaque como “jovem negro contra o vitimismo”, e Renan Santos aparecia como articulador de bastidores. Essa relação era simbiótica: enquanto a mídia oferecia visibilidade, o MBL garantia a ocupação das ruas com pautas que interessavam à burguesia. A narrativa de que o impeachment representava uma “revolta popular” só foi possível porque jornais e TVs transmitiam ao vivo as manifestações convocadas pelo movimento, exaltando sua suposta espontaneidade e minimizando seu caráter empresarial e organizado. Dessa forma, o

MBL tornou-se peça-chave na engrenagem de legitimação do golpe de 2016. A mídia corporativa não apenas narrava os protestos; ela os produzia junto com o MBL.

O impeachment de Dilma Rousseff foi o marco da consolidação do MBL. O movimento foi um dos principais articuladores das manifestações que criaram o ambiente político necessário para o golpe parlamentar. Sua atuação demonstrou que a burguesia havia encontrado um novo instrumento: uma direita jovem, agressiva, aparentemente "independente" dos velhos partidos, mas totalmente subordinada ao capital. Com o golpe consumado, o MBL cumpriu sua função histórica imediata: garantir as condições sociais para a ascensão de Michel Temer e a aprovação de medidas impopulares como a PEC do Teto de Gastos e a reforma trabalhista. Ao mobilizar as massas contra a "corrupção do PT", o movimento abriu caminho para um projeto neoliberal ainda mais agressivo, que não teria sobrevivido sem apoio de rua.

Se nas ruas o MBL já havia demonstrado capacidade de mobilização, foi nas redes sociais que consolidou seu diferencial estratégico. Com páginas que chegavam a milhões de seguidores no Facebook, canais no YouTube e forte presença no Twitter, o movimento tornou-se um dos principais difusores de conteúdo político digital no Brasil. A linguagem era simples, memética, apelando para o humor, a ridicularização do adversário e a simplificação ideológica. Essa estética não era apenas "engraçada"; ela tinha função política clara: desmoralizar a esquerda, criminalizar o pensamento crítico e difundir a ideologia liberal-fascistizante como senso comum.

A internet foi, portanto, o laboratório de subjetivação do MBL. Ali, ele consolidou sua base social e preparou o terreno para disputar corações e mentes de milhões de jovens que não se viam representados pela política tradicional.

A entrada na política institucional

Em 2016, alguns membros do MBL se candidataram a cargos públicos, em especial vereadores e deputados. O caso mais emblemático foi a eleição de Fernando Holiday como vereador em São Paulo pelo DEM, com quase 50 mil votos. Holiday tornou-se símbolo da estratégia: um jovem negro, gay, oriundo da periferia, defendendo pautas ultraliberais e conservadoras. Sua figura foi instrumentalizada como prova de que o MBL era "inclusivo" e "plural", embora sua política fosse frontalmente contrária aos interesses das classes populares e das minorias. A entrada de quadros do MBL na institucionalidade mostrou que o movimento não pretendia ser apenas uma força de pressão externa. Ele buscava disputar poder diretamente, formando uma nova geração de políticos de direita para consolidar sua agenda.

Entre 2015 e 2018, o MBL também enfrentou contradições. Parte de sua base defendia um liberalismo mais "puro", enquanto outra parte se aproximava cada vez mais do conservadorismo autoritário. Essa tensão refletia não apenas divergências ideológicas, mas disputas por recursos e visibilidade. Ainda assim, o denominador comum permanecia: a submissão ao grande capital e o combate intransigente à esquerda. As contradições internas nunca colocaram em risco a função central do MBL: ser um braço político da ofensiva burguesa. O período 2015–2018 foi decisivo para preparar o terreno para Jair Bolsonaro. Embora o MBL e Bolsonaro tenham divergido em alguns momentos, sobretudo após 2019, é inegável que o movimento foi incubadora do bolsonarismo.

A naturalização do discurso de ódio, o moralismo anticorrupção, a criminalização da esquerda, a deslegitimação da política institucional e a defesa de medidas autoritárias foram todos elementos difundidos pelo MBL antes mesmo da candidatura de Bolsonaro ganhar força. O MBL forneceu parte da estética bolsonarista, da sua base social e da sua legitimidade. Entre 2015 e 2018, o MBL se consolidou como ator central da política brasileira. Seu desenvolvimento foi marcado por:

1. **Estruturação empresarial e financiamento burguês**;
2. **Amplificação midiática sistemática**;
3. **Capacidade de mobilização de massas contra a esquerda**;

4. **Consolidação como força digital**;
5. **Inserção institucional no parlamento**;
6. **Preparação do terreno para o fascismo bolsonarista**.

Linha teórica e ideologia do MBL

A consolidação do MBL como força política não se explica apenas por sua presença midiática ou pelo apoio empresarial. O movimento possui uma linha teórica e ideológica própria, construída a partir da combinação de três vetores centrais: o liberalismo econômico radical, o conservadorismo moral e o fascismo adaptado ao contexto brasileiro contemporâneo. A análise dessa composição revela a função do MBL na luta de classes e sua relação com a reprodução do capitalismo dependente no Brasil. O discurso oficial do MBL se apresenta como liberal, defendendo a liberdade individual, o livre mercado e a redução do Estado. Inspirado por autores como Friedrich Hayek, Ludwig von Mises e Milton Friedman, o movimento difunde a ideia de que o Estado é um entrave ao desenvolvimento, a corrupção é seu efeito natural e a iniciativa privada é a solução para todos os problemas sociais.

Esse liberalismo, contudo, é apenas a fachada ideológica de uma prática autoritária. O MBL nunca defendeu verdadeiramente a liberdade em sentido universal, mas apenas a liberdade do capital de explorar sem entraves. Sua concepção de indivíduo é restrita ao consumidor; sua ideia de sociedade é a de um mercado sem limites; e sua noção de democracia é reduzida a procedimentos formais que podem ser suspensos quando o capital exige. Assim, o liberalismo no MBL cumpre a função de revestir políticas violentas com o manto da "liberdade". Privatizações, cortes de direitos, repressão a greves e perseguição a movimentos sociais são apresentados como expressões da "livre escolha" dos cidadãos, quando na realidade são imposições brutais de classe.

Se o liberalismo é a face econômica, o conservadorismo moral é a face cultural do MBL. O movimento construiu sua base em torno de pautas como:

- ataque à educação crítica, sob o lema da "Escola sem Partido";
- combate a políticas de gênero e sexualidade;

- defesa da família tradicional como núcleo moral da sociedade;
- demonização do feminismo, dos direitos LGBT e das lutas antirracistas.

Esse conservadorismo cumpre função clara: desviar a insatisfação social das contradições de classe para "inimigos culturais". O professor, o artista, o militante feminista ou antirracista são apresentados como ameaças à ordem social, enquanto os verdadeiros inimigos (banqueiros, empresários, latifundiários) permanecem intocados. A guerra cultural é o terreno onde o MBL mais se destacou. Utilizando memes, vídeos curtos e uma linguagem agressiva, o movimento transformou a disputa ideológica em espetáculo midiático. O riso, a zombaria e o deboche passaram a ser armas políticas. A desqualificação substituiu o argumento. O resultado é uma política reduzida a slogans e afetos primários, que reforçam o ódio e a intolerância.

MBL: Liberalismo de Fachada, Fascismo de Essência

O Movimento Brasil Livre é, em sua essência, a tradução contemporânea de um fenômeno que marcou o século XX: o fascismo. Evidentemente, não se trata da repetição literal da estética de camisas negras ou marchas paramilitares; o MBL é expressão de um fascismo "sem uniforme", adaptado às condições da sociedade de massas, às redes digitais e à lógica do neoliberalismo periférico. Para compreendê-lo, é necessário retomar as categorias que definem o fascismo como fenômeno histórico e político.

Leandro Konder já afirmava que o fascismo é um fenômeno tipicamente de direita. Sua força não está em criar ideias próprias, mas em saquear o arsenal marxista e distorcê-lo: luta de classes transformada em tragédia eterna a ser disciplinada por uma elite; ideologia esvaziada de seu caráter crítico para virar propaganda; nação reinterpretada como mito orgânico acima das contradições sociais. Mussolini, ex-dirigente socialista, foi o protótipo dessa apropriação perversa, vendendo à burguesia italiana uma caricatura do marxismo que justificava a repressão. O MBL age na mesma chave: repete termos como "liberdade", "revolução", "novo movimento social", mas esvaziando-os de conteúdo emancipatório para reorientá-los em favor da ordem capitalista.

Wilhelm Reich, em sua teoria da economia libidinal, mostra que o fascismo não se explica apenas pela política de classes, mas pela gestão repressiva das pulsões. O fascismo mobiliza a energia das massas não pela promessa de emancipação, mas pelo reforço da autoridade e da sexualidade reprimida. Vladimir Safatle, retomando Reich, argumenta que o fascismo é "a articulação entre a suspensão da lei e o culto da lei", funcionando como regressão paranoica de uma sociedade inteira. É o culto da violência, a exaltação da polícia, a defesa da repressão, o ódio ao inimigo interno. O MBL cumpre esse papel: dissemina discursos de ódio contra professores, sindicatos, movimentos sociais e minorias, ao mesmo tempo em que incensa a polícia e naturaliza a brutalidade estatal.

Deleuze e Guattari, no *Anti-Édipo*, lembram que "as massas desejaram o fascismo". A servidão voluntária é elemento central: o autoritarismo não se impõe apenas de cima, mas encontra adesão social. É isso que explica a penetração do MBL entre a juventude: muitos jovens aderem ao discurso de "rebeldia liberal", acreditando que estão lutando contra o sistema quando, na prática, reforçam o domínio do capital. O desejo pelo autoritarismo, pela ordem, pelo "fim dos privilégios" (que nunca são os da burguesia) é manipulado pelo movimento como combustível político. Adorno e Horkheimer, na *Dialética do Esclarecimento*, definem o fascismo como patologia social, paranoia organizada pela indústria cultural e pela política de massas. Essa patologia está presente no MBL: a simplificação do discurso, a criação de inimigos fictícios ("comunismo", "ideologia de gênero"), a mobilização constante de afetos de medo e ódio. Tudo isso garante coesão a um projeto que, na realidade, é funcional ao capital.

Por isso, o fascismo deve ser entendido como contrarrevolução preventiva. Quando o capital entra em crise, e as massas ensaiam processos de contestação, surge a necessidade de reorganizar o consenso pela força. O MBL foi um instrumento dessa contrarrevolução no Brasil pós-2013: capturou o mal-estar popular, canalizou-o contra a esquerda e pavimentou o caminho para o golpe de 2016 e a ascensão de Bolsonaro. Não é exagero dizer que o MBL é um braço auxiliar do bolsonarismo, ainda que tente hoje se diferenciar dele para sobreviver.

Assim, chegamos ao ponto central: o MBL representa um fascismo de mercado. Ele combina o ultraliberalismo econômico (privatizações, ataque a direitos, Estado mínimo) com a defesa intransigente da repressão estatal. É a junção entre Hayek e

Mussolini, Chicago e Integralismo, Paulo Guedes e o porrete da polícia. Seu projeto é claro: um país onde a juventude seja mobilizada para odiar o inimigo interno, aplaudir a violência, acreditar que a exploração é liberdade e que a destruição dos direitos sociais é modernidade. Portanto, o MBL é parte da engrenagem fascista contemporânea, adaptado às novas formas de comunicação e subjetividade, mas cumprindo a mesma função histórica: salvar o capital em crise pela repressão, pelo ódio e pela destruição de qualquer possibilidade de emancipação. O MBL é peça fundamental do aparelho de hegemonia de classe, atualizado para a era digital, cujo liberalismo é pura fachada. A essência é fascista: culto à ordem, criminalização da esquerda, mobilização do ressentimento social e ataque sistemático à crítica intelectual.

Um dos traços centrais do fascismo é a exaltação da ordem social e a naturalização da violência estatal como instrumento de preservação dessa ordem. O MBL, desde seu surgimento, legitimou a repressão policial contra greves, ocupações estudantis e manifestações populares. Em seus discursos e práticas midiáticas, os militantes do movimento apresentam a polícia como garantidora da "liberdade", invertendo a realidade concreta em que essa mesma polícia é a guardiã dos interesses burgueses, responsável pelo genocídio da juventude negra e periférica. Essa legitimação da violência corresponde ao núcleo do projeto fascista, que busca transformar a repressão em consenso, convencendo setores médios de que a eliminação do "inimigo interno" é condição para a paz social. Outra marca estrutural do fascismo é a construção de um inimigo absoluto, desumanizado e responsabilizado por todos os males sociais. O MBL opera nesse registro ao equiparar o petismo ao comunismo e tratar qualquer militante de esquerda como ameaça à nação. A retórica contra o "marxismo cultural" e contra a "doutrinação" nas escolas é instrumento para consolidar a imagem do inimigo interno. Essa lógica é profundamente fascista porque não admite mediação: a esquerda é apresentada não como adversária política legítima, mas como inimiga a ser destruída. Assim, cria-se a base ideológica para a violência física, a perseguição judicial e a repressão aberta contra trabalhadores organizados.

Marx já apontava que a pequena-burguesia, em momentos de crise, oscila entre o proletariado e a burguesia. É nesse setor social que o fascismo encontra sua principal base. O MBL mobiliza exatamente esse ressentimento: jovens de classe média precarizados, trabalhadores informais que acreditam no "empreendedorismo", segmentos

médios que veem nos pobres e nos movimentos sociais a causa de sua instabilidade. O movimento transforma a frustração em ódio, convertendo contradições estruturais do capitalismo em ressentimento dirigido contra inimigos fictícios. Como dizia Adorno, a personalidade autoritária encontra satisfação em submeter-se à ordem e, ao mesmo tempo, agredir os mais fracos. O MBL organiza politicamente esse impulso. A apropriação da estética juvenil é outro elemento clássico da estratégia fascista. Nos anos 1920 e 1930, o fascismo europeu soube mobilizar símbolos de vitalidade e modernidade para atrair a juventude. O MBL cumpre a mesma função no século XXI, usando memes, linguagem digital, humor debochado e estética pop. Essa aparência de novidade serve para canalizar a energia juvenil (que poderia se dirigir à transformação radical) para a defesa da ordem do capital. É a transmutação da rebeldia em conformismo ativo: o jovem que poderia lutar contra a exploração é transformado em defensor da exploração, sob o mito da meritocracia e do empreendedorismo. Essa inversão é típica do fascismo, que se alimenta da força vital das massas para submetê-las à lógica da dominação.

Por fim, o anti-intelectualismo é elemento constitutivo do fascismo. O MBL, desde seu início, atacou universidades, professores, cientistas e artistas, acusando-os de "doutrinadores" e "parasitas". Essa recusa da crítica é funcional: ao deslegitimar o pensamento crítico, o movimento busca cortar pela raiz qualquer possibilidade de contestação consciente à ordem burguesa. O ódio à crítica é parte da necessidade estrutural de um projeto que só sobrevive se transformar a ignorância em virtude. A hostilidade contra a universidade pública e contra a produção cultural crítica demonstra o caráter fascista do MBL, que deseja um povo dócil, desinformado e incapaz de formular alternativas. O MBL, portanto, é mais que um grupo liberal: é a expressão contemporânea de um fascismo de mercado, adaptado às condições do capitalismo dependente brasileiro. Liberal na economia, fascista na política. Essa combinação reflete a necessidade da burguesia de intensificar a exploração em tempos de crise, eliminando direitos, privatizando serviços e precarizando o trabalho, ao mesmo tempo em que reprime com violência qualquer forma de resistência popular. Trata-se de um fascismo sem uniforme, mas com a mesma essência: mobilização de massas contra o proletariado, culto à ordem, ódio à crítica, repressão como consenso. Do ponto de vista histórico, a ascensão do MBL responde à crise do lulismo, ao desgaste do progressismo e ao vazio deixado pela ausência de uma direção revolucionária. Quando as Jornadas de Junho de 2013 expuseram a insatisfação popular, a burguesia tratou de reorganizar suas forças. O MBL foi a resposta:

transformar a rebeldia em conformismo, o descontentamento em ódio regressivo, a juventude em tropa de choque da ordem.

A consequência inevitável dessa ofensiva é a intensificação das lutas concretas na sociedade. À medida que o MBL e outros aparelhos fascistizantes avançam, os setores populares são pressionados à autodefesa e à radicalização. O conflito entre interesses antagônicos (burguesia e proletariado) tende a se acirrar. O MBL cumpre a função de ponta de lança ideológica e prática da repressão, criando o ambiente para que a violência de Estado se legitime e para que o ódio contra os trabalhadores se normalize. Mas a luta de classes não se apaga. O avanço fascista provoca, inevitavelmente, a reação popular. Greves, ocupações, protestos e lutas comunitárias emergem como resposta à ofensiva. A sociedade se cinde cada vez mais entre os que defendem os interesses dos dominantes, travestidos de liberalismo, mas sustentados pelo fascismo, e os que lutam por sobrevivência, dignidade e emancipação. Essa cisão reflete a impossibilidade de conciliação entre capital e trabalho em tempos de crise. O fascismo de mercado do MBL, portanto, não é apenas ameaça ideológica. Ele é prenúncio de confrontos concretos, de choques nas ruas, de radicalização da luta política. Cabe aos trabalhadores e às organizações revolucionárias compreender que a disputa não é apenas eleitoral ou institucional, mas vital: trata-se de defender a própria existência contra um projeto que naturaliza a morte, a exploração e a repressão.

O MBL no presente e a tarefa revolucionária

Após a ascensão meteórica que culminou no golpe de 2016 e na pavimentação do caminho para Bolsonaro, o MBL passou por mudanças profundas. Seu desgaste político foi visível: crises internas, disputas entre figuras, perda de parte da base mais radicalizada. Ainda assim, o movimento não desapareceu. Pelo contrário: manteve-se como força midiática, explorando as redes sociais, adaptando-se ao jogo parlamentar e reposicionando-se no tabuleiro da direita. Hoje, o MBL busca se reciclar como uma direita jovem, “moderna” e supostamente democrática, uma operação de maquiagem que não apaga sua gênese fascista.

Suas candidaturas continuam a ocupar espaço institucional, muitas vezes em aliança com setores do centro liberal e do progressismo domesticado. Nas câmaras municipais, assembleias estaduais e no Congresso, suas figuras seguem articulando projetos de ataque aos direitos trabalhistas, às universidades, aos movimentos sociais. As redes de apoio empresarial e midiático, ainda que menos explícitas, permanecem, garantindo fôlego para a sobrevivência política do grupo. O MBL soube se ajustar: se antes vendia-se como vanguarda do antipetismo, agora tenta aparecer como guardião da democracia contra os "excessos" do bolsonarismo, sem jamais romper com o projeto de fundo que ajudou a consolidar. Esse reposicionamento é perigoso. Quando até setores progressistas tratam o MBL como "interlocutor legítimo", seja em debates televisivos, seja em mesas de negociação, contribuem para normalizar um agrupamento que nasceu do golpismo e do fascismo de mercado. A normalização é um dos mecanismos mais eficazes do fascismo: ele se traveste de legalidade, de pluralidade, de voz democrática, enquanto avança em sua tarefa histórica de aniquilar a organização popular.

A esquerda institucional, com seu antifascismo domesticado, reforça esse processo. Ao recusar a denúncia radical, prefere o jogo parlamentar, o diálogo "civilizado" com os algozes, acreditando que se pode conter a extrema-direita com boa retórica e alianças momentâneas. É a mesma lógica que, no passado, entregou a classe trabalhadora desarmada diante do avanço reacionário. Esse limite precisa ser evidenciado: não há pacto possível com quem nasce do fascismo e continua a operar como tropa de choque da burguesia. O enfrentamento ao MBL exige uma estratégia distinta: crítica sistemática, denúncia cotidiana e construção de organização popular. A batalha não é apenas parlamentar, mas cultural, comunicacional e formativa. A hegemonia do MBL foi construída no terreno da juventude e das redes; é ali que também precisamos intervir, não com o mesmo espetáculo vazio, mas com formação política, cultura crítica, cinema, música, literatura, debate público radical. As trincheiras da cultura e da comunicação são fundamentais para disputar consciências e romper com a manipulação liberal-fascista.

A tarefa revolucionária que se coloca é clara: combater o MBL é combater o fascismo em sua versão neoliberal. Se o MBL sobrevive mesmo após o desgaste do bolsonarismo, é porque cumpre função estrutural: preparar a juventude para o ódio de classe, treinar quadros políticos submissos à ordem e apresentar o capitalismo como

destino inevitável. O combate ao MBL, portanto, é inseparável da luta contra o fascismo e contra o capitalismo. Denunciar, enfrentar e derrotar esse movimento não é apenas tarefa de resistência, mas condição para a emancipação. A história mostrou, da Comuna de Paris ao antifascismo do século XX, que não há conciliação possível: ou se constrói um poder popular capaz de destruir os aparelhos da burguesia, ou estaremos sempre à mercê das novas roupagens da mesma barbárie.

Arthur Moura